

De Paul a Naná: práticas nominativas de escravizados africanos e suas representações em Toni Morrison e em Marcelo D'Saete

From Paul to Naná: nominative practices of enslaved Africans and its representations in Toni Morrison and in Marcelo D'Saete

Pétrus David Sousa Patricio *
vspetrusdavid@gmail.com
Universidade Regional do Cariri – URCA

Edson Soares Martins **
edson.sores@urca.br
Universidade Regional do Cariri – URCA

RESUMO: Esta pesquisa busca analisar as possíveis significações sociais dos nomes próprios atribuídos aos escravizados africanos representados em duas obras artísticas: o romance *Beloved*, de Toni Morrison, e a coletânea de contos gráficos *Cumbe*, de Marcelo D'Saete. Para isso, recorreremos aos estudos da Antroponímia, área da Onomástica responsável por investigar as origens dos nomes próprios das pessoas, em conjunto com a filosofia da linguagem e da criação estética. As análises realizadas foram sustentadas em autores como Bakhtin (2014), Álvarez Lopez (2015), Marcato (2009) e Van Stipriaan (2008). Além disso, valemo-nos do uso de documentos oficiais (certidões de nascimento), dicionários e panfletos em jornais para fortalecer nossa pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica. Antroponímia. *Beloved*. *Cumbe*. Escravizados.

ABSTRACT: This research aims to analyze the possible social meanings of proper names attributed to enslaved Africans represented in two artistic works: the novel

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Graduado em Letras, com licenciatura dupla em Língua Inglesa e suas Literaturas, pela Universidade Regional do Cariri (URCA), membro do Núcleo de Estudo de Teoria Linguística e Literatura (NETLLI). Desenvolve pesquisas nas áreas de literatura inglesa e norte-americana, com enfoque nas produções dos gêneros de terror e ficção científica, intermedialidade (observando as relações entre literatura, cinema e televisão), a partir de abordagens psicanalíticas e bakhtinianas.

** Possui doutorado (2010) em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (PPGL/UFPB). Concluiu estágio pós-doutoral junto ao PROLING-UFPB. Atualmente é Professor Associado (Referência O) de Literatura Brasileira, na Universidade Regional do Cariri (URCA), onde também ocupa o cargo de Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, além de ser professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras, na mesma IES. Tem experiência na área de Literatura, com ênfase em Literatura Brasileira e Literatura Oral Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira, poesia, conto oral popular, além de estudar, à luz da contribuição teórica bakhtiniana, a narrativa curta moderna e contemporânea, as formas da estética oral popular e literaturas africanas. Editor-geral de Macabéa - Revista Eletrônica do Netll e Editor-Adjunto de Miguilim - Revista Eletrônica do Netll.

Beloved, by Toni Morrison, and the collection of graphic short stories *Cumbe*, by Marcelo D'Saete. For this, we resort to the Anthroponymy studies, an Onomastics field responsible for investigate the origins of people proper names, together with the language philosophy and aesthetic creation. The analyzes performed were supported by authors such as Bakhtin (2014), Álvarez Lopez (2015), Marcato (2009) and Van Stipriaan (2008). Beyond that, we used official documents (birth certificates), dictionaries and pamphlets in newspapers to strengthen our research.

KEYWORDS: Onomastics. Anthroponymy. Beloved. Cumbe. Enslaved.

Foi então que ficamos sabendo o motivo da demora no embarque dos homens, pois os brancos tinham batizado todos eles com nomes que chamavam de nomes cristãos, nomes de brancos, e àquele homem da perna Machucada, de acordo com um outro que estava logo atrás dele na fila, tinham dado o nome de João. [...] Os guardas colocaram os homens em fila e, um por um, tiveram que dizer o nome africano, o que podia ser revelado, é claro, e o lugar onde tinham nascido, que eram anotados em um livro onde também acrescentavam um nome de branco.
Ana Maria Gonçalves.

Considerações iniciais

Tão corriqueiros no nosso dia a dia que podem até passar despercebidos, os nomes próprios (de lugares ou de pessoas) dão abertura para um abrangente e variado leque de possibilidades de análises. Será que um nome atribuído a uma pessoa é uma escolha baseada apenas na percepção estética da morfologia ou da sonoridade daquela palavra? Ou um nome pode apresentar uma significação de características outras? Compartilhamos da compreensão de que nomes e práticas nominativas são janelas que nos permitem observar, identificar e analisar padrões de organização e demarcação culturais de comunidades em um dado local e em um dado período. Por fazerem parte de sistemas linguísticos, os nomes são elementos que fornecem informações a respeito das práticas sociais de um determinado grupo.

Mas ao que nos referimos quando utilizamos o termo *nome*? Por *nome*, entendemos *nome de batismo*, *nome próprio* ou *nome de nascimento* dados a uma pessoa ou a um lugar. Percebemos, logo de início, um dos valores culturais que é preponderante em alguns sistemas de nomeação: a religião. Mas não somente isso: destacamos que um nome não é uma forma de signo arbitrário, mas um signo linguístico essencialmente motivado, a partir do ato do batismo (SARTORI, 2015). Isso

posto, encontramos em Benveniste (1995), quando o linguista aponta que o signo encobre a realidade, um eco. Um signo linguístico seria dotado de significado quando inserido no contexto de uso da língua em uma determinada comunidade. É nessa esteira que observamos os nomes a partir dos possíveis significados que eles podem carregar e adquirir.

Para este trabalho, utilizaremos as contribuições metodológicas da História Social da Linguagem, tendo em vista que analisaremos o significado social dos nomes atribuídos aos escravizados e em como as práticas nominativas foram, em certa medida e de certo modo, transportadas para o material literário selecionado. Entendemos por “significado social” a forma como dada palavra ou expressão é preenchida e circunscrita de valores quando posta em um contexto de uso (LEITE, 2009). Para a apresentação dos dados, utilizamo-nos de estudos que coletaram nomes em diferentes documentos: dicionários, certidões de nascimento e de óbito, atlas toponímicos, entre outros.

Faremos, em nossa pesquisa, uso das teorias da Onomástica e, mais especificamente, da Antroponímia, a área de estudos centrada nos nomes próprios das pessoas, como ferramentas de análise em nosso percurso. Com isso, tentaremos demonstrar como as atribuições dos nomes próprios seguem motivações culturais diversas. Isso fica ainda mais evidente quando determinamos o período colonial como foco. Por fim, utilizaremos como *corpus* o romance estadunidense *Beloved*, da autora Toni Morrison, e as narrativas gráficas presentes em *Cumbe*, do quadrinista paulista Marcelo D’Salete. A escolha foi realizada não só por essas narrativas apresentarem práticas de nomeação de escravizados distintas (tanto entre si quanto quando postas em contraponto ao mundo da vida) que podem nos ser úteis para o desenvolvimento da pesquisa, mas, também, por estarem em consonância com o pensamento bakhtiniano, ao observarmos como aspectos do plurilinguismo exterior invadem a consciência cultural e reforçam as linguagens internas do discurso literário (BAKHTIN, 2014).

1 O contingente de escravizados e as práticas nominativas

A respeito do tráfico transatlântico, Herbert Klein (2010) estima que, aproximadamente, 11 milhões de africanos foram retirados de suas terras e levados

para as colônias europeias na América ou para as próprias metrópoles. No entanto, apenas cerca de 9,5 milhões de escravizados chegaram aos seus destinos. Laurentino Gomes (2019) indica números um pouco maiores: 12.521.337 pessoas foram traficadas em navios negreiros, no período que vai de 1550 a 1867. Desse número, 10.702.657 chegaram vivas à América. Mas de onde elas vinham?

De acordo com Gomes (2019), as duas principais regiões do continente africano afetadas pelo tráfico foram a África Ocidental (entre Gana e Nigéria) e a África Central (que compreende a área do Gabão até o sul de Angola). As rotas transatlânticas partiam, em sua maioria, de regiões das costas litorâneas. A construção de portos nessas localidades ajudava no fluxo de entrada e saída dos navios. No período de 1521 a 1866, foi traficada, para os Estados Unidos, uma porcentagem de 2,4% do total estimado de africanos escravizados (SMITH; PAQUETTE, 2010). E, somente para o Brasil e para Portugal, um percentual de 46,7% de pessoas (SMITH; PAQUETTE, 2010).

Por volta de 1550, entre mouros e negros, 32 mil escravizados já faziam parte da população portuguesa. No início, os navios saíam, principalmente, de Lisboa ou Algarve, recolhiam os cativos e os redistribuíam na América e na Europa. Aos poucos, o comércio acabou sendo transferido para o Brasil. Entre 1736 e 1770, 41% dos navios negreiros passaram a sair do Rio de Janeiro e somente 15% de Portugal (GOMES, 2019). Juntos, portugueses e brasileiros foram responsáveis pelo tráfico de 5,8 milhões de seres humanos. Em relação aos portos de origem dos cativos, “[...] os africanos traficados para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco saíram de Angola. No caso da Bahia, mais da metade [...] tinha como origem Nigéria, Benim e Togo [...]. Para o Maranhão e o Pará, a maioria [...] vinha da chamada Senegâmbia [...]” (GOMES, 2019, p. 260).

Esse panorama histórico é importante para pensarmos alguns pontos. A partir do momento que os cativos eram comprados nos leilões, a eles eram designados diferentes trabalhos. Alguns termos e expressões criados e disseminados nesse período mantinham uma relação direta com o papel social dos escravizados naquelas sociedades, com as percepções que se tinham ou eram construídas sobre esses sujeitos e até mesmo sobre os espaços físicos. A própria expressão “mercado negro” já era utilizada para se referir aos leilões de escravizados.

Nas torres de Babel que foram desenvolvidas nessas colônias, diferentes línguas (tanto de origens africanas quanto europeias) entraram em choque, sempre

intermediadas pela dominação colonialista. De acordo com Alex Van Stipriaan (2008, p. 163):

Etnicidades específicas não podiam ser completamente reproduzidas, ou difundidas, como uma consequência da impossibilidade de um crescente número de escravizados encontrar companheiros de um mesmo grupo étnico. Não era somente isso que confundia a seleção de grupos étnicos específicos, mas isso também resultou no desaparecimento de línguas africanas e na criação de uma língua crioula, que, logo, se tornou a língua principal para todos, e, na sua forma mais simplista, a forma de comunicação entre os escravizados e os donos de escravos.¹

O processo explicitado por Van Stipriaan não se refere ao abandono das línguas africanas, mas a algo mais complexo. No contexto de violência colonial, os escravizados acabaram assimilando suas línguas de origens, as línguas dos africanos de outros territórios, as línguas dos povos originários, as línguas dos europeus e, dessa forma, adaptando tudo isso a novos processos linguísticos. Tudo precisaria ser repensando e renomeado, inclusive, os próprios nomes africanos.

Renomear os africanos nas colônias era um processo que poderia ser observado tanto pelo aspecto cultural quanto pelo psicológico. Retirar o nome de origem daqueles indivíduos e dar-lhes outros nomes, a partir dos valores europeus também era uma forma de retirar daqueles sujeitos suas identidades ou, como afirmamos anteriormente, suas individualidades. Já que os escravizados não eram cidadãos, mas objetos de certo valor a serem trocados ou vendidos, as mudanças de nomes se restringiam somente ao primeiro nome. As motivações por trás dessas novas atribuições eram das mais variadas possíveis. Van Stipriaan (2008), ao estudar as colônias inglesas na América, indica desde nomes provenientes da história e das mitologias europeias (*Waterloo, Apolo, Nero*), nomes bíblicos (*Golias e Sansão*) e até mesmo postos de hierarquias militares, aristocráticas ou clericais (*Barão, Cardinal*).

Os cativos eram tratados como mercadorias, só sendo registrados como indivíduos após o batismo (ÁLVAREZ LÓPEZ, 2015). O que não queria dizer que aqueles que já haviam sido batizados na religião cristã, ainda no continente africano,

¹ No original: "Specific ethnicity could not be reproduced fully, or became diffuse, as a consequence of the impossibility for an increasing number of enslaved to find partners from the same ethnic group. It was not only that this confused the selection of ethnic-specific names, but it also resulted in the disappearance of African languages as such and the emergence of a creole language, which soon became the primary language for all, and in its simplest form even the means of communication between enslaved and slave owners."

manteriam seus nomes. No Brasil, os nomes mais comuns encontrados eram de origem europeia: *Cosme, Esperança, Cipriano, Luzia, Benedito, Rufino*. Alguns nomes tinham uma ligação bíblica direta, como *Lucas* e *José*. Em se tratando de homenagens a nomes de santos, Álvarez López (2015) observa que um nome bastante comum entre as escravizadas era *Maria do Rosário*, uma possível homenagem à Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Há também debates entre os estudiosos da área a respeito dos sobrenomes dos cativos. Parte dos pesquisadores adota a hipótese de que os escravizados adotavam os sobrenomes das famílias dos seus senhores durante o período de cativeiro ou os adotavam quando libertos (principalmente, após a abolição). Já outros refutam essa hipótese dizendo que os senhores das fazendas não dispunham livremente seus sobrenomes, seus patronímicos, de bom grado. Em última instância, ainda, há a parcela que aponta que os próprios escravizados não queriam os sobrenomes daquelas pessoas (ÁLVAREZ LÓPEZ, 2015). Jean Hébrard (2003) observa que, na Bahia, durante o século XIX, os homens e mulheres escravizados possuíam apenas os primeiros nomes. Porém, quando libertos, faziam diferentes arranjos nominais: dois prenomes (*Maria Martinha*), um prenome ou dois prenomes seguidos de um nome de santo de devoção (*Raimunda Maria da Conceição*) ou um prenome seguido de diversos sobrenomes (*Rosário Pereira Lima*).

Dessa forma, retornamos ao que já apresentamos inicialmente. O esboço dos estudos onomásticos, assim como o recorte específico das atribuições de nomes dos escravizados durante o período colonial permite-nos observar as conexões sociais em que eles estão imbricados. Apontamos, então, o significado social desses nomes dentro de uma determinada comunidade, em um determinado contexto histórico, já que, em alguns exemplos, pudemos observar que valores carregados por um grupo acabaram sendo atribuídos aos nomes (LEITE, 2009).

O que se segue, então, é uma análise das práticas nominativas presentes no romance *Beloved* (1987) e nas narrativas gráficas de *Cumbe* (2018). O intuito da escolha desse material é perceber como a ficção se abre para os fenômenos do mundo da vida. Nas palavras de Bakhtin (2014, p. 167), como a linguagem se torna “[...] ela mesma uma representação literariamente acabada de uma percepção de uma visão de mundo de caráter humano [...]”, tendo as práticas nominativas como fenômeno a ser observado entre fronteiras linguísticas.

2 *Beloved*: imposição, homogeneização e descendência

Publicado em 1987, pela estadunidense Toni Morrison, *Beloved* é centrado nas lembranças do passado violento que a escravidão incutiu na vida de Sethe. Ambientadas no presente diegético, Sethe, assim como outras protagonistas negras da narrativa, lembram seus momentos de cativeiro e como essas dores acabaram sendo perpetuadas nos seus dias atuais. A única personagem que não experienciou, diretamente, a escravidão, mas lida com os traumas desta, a partir dos atos de sua mãe, é Denver, filha mais nova de Sethe. A história de *Beloved* é construída em torno de um acontecimento identificado, destacado do mundo da vida e realocado no mundo estético em sua plenitude axiológica, para utilizarmos termos bakhtinianos: o momento que a escravizada Margaret Garner decidiu matar seus filhos para que eles não fossem feitos cativos da mesma forma que ela fora.

Permitamo-nos uma rápida digressão e um tensionamento teórico-metodológico. No momento em que a consciência autoral remete à história de Garner para a construção do enredo do romance, ela não faz somente a transposição de um evento do mundo da vida para o mundo estético, mas, também, a transposição desse conteúdo a partir de um dado material linguístico. Aqui, entendemos conteúdo como a “[...] realidade do conhecimento e do ato estético, que entra com sua identificação e avaliação no objeto estético e é submetida a uma unificação concreta, intuitiva, a uma individualização, [...] a um isolamento e a um acabamento [...] com a ajuda de um material determinado” (BAKHTIN, 2014, p. 35). A realização deste objeto estético (assim como em *Cumbe*) compreende a transformação de um evento, a partir de um conjunto verbal, da “língua linguística” em toda a sua capacidade articulatória, em um todo arquitetônico. Sendo assim, as ligações e os valores extraverbais são unidos à língua (BAKHTIN, 2014).

No prefácio de *Beloved*, Morrison esboça um comentário a respeito da escolha de um nome específico na obra: a fazenda *Doce Lar*, local onde Sethe e Paul D foram cativos por anos de suas vidas. Segundo Morrison (1987), para o nome da fazenda, em seu romance, haveria a possibilidade de escolha entre adjetivos que sugerissem conforto ou aconchego. Dessa forma, a relação estabelecida entre nome e espaço, ou seja, entendendo *Doce Lar* como um topônimo, seria uma relação irônica, totalmente contrastante. Mesmo que a consciência autoral criada por Morrison tenha atribuído um nome específico à fazenda, há uma relação direta com um certo tipo de

nomeação nos Estados Unidos. De acordo com Paul Musselwhite (2020), no século XVIII, houve um aumento considerável no uso de palavras que demonstrassem a subjetividade dos donos das plantações, assim como suas aspirações. Era comum encontrar, por exemplo, fazendas que possuíam a palavra "Esperança" em seu nome. Musselwhite (2020) observa que havia uma preferência por nomes que conotassem calma e estabilidade.

Passemos às pessoas. A atribuição de um nome próprio a uma pessoa tem função individualizadora, particularizante. Esse tipo de nome teria a função de diferenciar um ser dentre os outros de uma classe específica. Essa função atua de forma contrária à dos nomes comuns (MARCATO, 2009). O batismo de uma pessoa, portanto, faz com que ela seja distinguida dentro de uma multiplicidade de seres. No momento do embarque, amontoados nos tumbeiros, os africanos eram "batizados" por um padre e recebiam seus nomes cristãos. Quando chegavam aos seus destinos, os escravizados eram registrados e, assim, leiloados ou já levados para as respectivas plantações, quando já eram previamente comprados. Alguns donos de escravos tinham consciência dessa multiplicidade de nomes. Em registros jornalísticos datados do século XVIII, nos Estados Unidos, era comum encontrar cativos que possuíam um nome próprio (o nome dado pelos donos) e um nome de origem (o nome africano). Hennig Cohen (1952) cita casos como os de *John* (*Footbea* era seu nome de origem), *Tyra* (cujo nome de origem era *Camba*), *Somerset* (*Massery* como nome de origem) e *Mask* (*Mussu* era seu nome africano).

Há uma cena em *Beloved* que pode nos servir como demonstração desse tipo de acontecimento. No momento em questão, a personagem conhecida como Baby Suggs, ao receber a notícia de que será vendida para outra família, pergunta ao seu ainda dono o motivo de ele a chamar de Jenny. A isso, se segue:

"Porque era o que estava no seu recibo de venda, garota. Esse não é seu nome? Como você se chama?"

"De nada", disse ela. "Eu não me chamo de nada."

Mr. Garner ficou vermelho de tanto rir. "Quando tirei você da Carolina, Whitlow chamou você de Jenny e Jenny Whitlow é o que diz no seu recibo [...]"² (MORRISON, 1987, p. 142)

² No original: "Cause that what's on your sales ticket, gal. Ain't that your name? What you call yourself?" "Nothing," she said. "I don't call myself nothing."

Mr. Garner went red with laughter. "When I took you out of Carolina, Whitlow called you Jenny and Jenny Whitlow is what his bill said [...]"

A partir desse trecho, podemos observar alguns pontos relacionados às práticas nominativas dos escravizados nos Estados Unidos. O primeiro fato, mas de maneira uniforme em sociedades escravagistas, é o registro dos nomes dos escravizados. Como mencionado, os africanos possuíam seus nomes registrados em documentos como certidões, diários de bordo ou diários de leilões. Por serem considerados produtos, não é de se admirar que o documento que mantinha o nome próprio atribuído a Baby Suggs estivesse em uma certidão de compra e venda. Outro fator importante é o próprio nome que lhe é dado: *Jenny Whitlow*.

Whitlow é identificado como o sobrenome do antigo dono da personagem. Sendo assim, o patronímico de uma família de senhores de escravizados. Como mencionado por Álvarez López (2015), há uma divergência de hipóteses a respeito da atribuição dos sobrenomes dos senhores aos seus escravizados. A passagem do texto parece partir da premissa de que a presença do sobrenome do senhor é uma forma de identificar a quem aquela “propriedade” pertence. Um sobrenome é uma forma de demarcar a linhagem de alguém. Entretanto, no contexto escravagista, a atribuição de sobrenomes aos cativos demarcava o *pertencimento* de um objeto a seu dono. Em pesquisa no site Ancestry, encontramos registros de pessoas possuindo o sobrenome *Whitlow* datadas de, pelo menos, meados do século XVII. De acordo com um dicionário do século XVIII, organizado por Samuel Johnson, a palavra *whitlow* é formada por duas palavras do inglês anglo-saxão (falado entre o século V e o século XII): *hpir*, que significa *branco*, e *loup*, que significa *lobo* (1828). A partir disso, podemos apreender que o sobrenome *Whitlow* (*lobo branco*, em tradução livre), ao ser transformado em nome próprio, pode conotar características de uma pessoa, a percepção de alguém em consonância com o animal em questão ou até mesmo a fama de um indivíduo como caçador deste animal.

Já *Jenny* é uma variação associada ao nome *Jennifer*, que possui uma origem céltica que remete diretamente a uma personagem presente nas narrativas arturianas: *Guinevere* (HANKS; HODGES, 1990). De acordo com o livro *Encyclopedia of Celtic mythology and folklore* (2004), o nome *Guinevere* é formado por *gwen*, que significa *branco*, e *hwyvvar*, que significa *fada* ou *espírito*. Se retornarmos às motivações das atribuições de nomes às pessoas, encontramos aqui três possibilidades: (1) nome com influência mitológica; (2) nome de uma heroína; e (3) nome de uma personagem literária. Motivações essas que são ainda comuns hoje em dia, haja vista nomes como

Joana D'Arc e *Eurico*, apesar do esvaziamento semântico que é comum no século XXI. Durante a Idade Média, *Jenny* era tida como uma variação de *Jean* (HANKS; HODGES, 1990). Com isso, observamos algo presente não só no romance de Morrison, mas nas sociedades escravagistas como um todo: a retirada dos nomes de origem dos africanos e a imposição de nomes provenientes de raízes europeias (VAN STIPRIAAN, 2008).

Lembremos que os africanos, nesse período, eram tratados como mercadorias e, por mais que fosse comum alguns deles receberem nomes ainda nos navios negreiros, outros só recebiam quando comprados pelos fazendeiros. Essa transformação de pessoas em objetos fez com que, nos cativos, fossem agenciadas formas de minar seus traços de subjetividade, assim como de tentar romper suas ligações ancestrais. Essa ideologia é fator estruturante de uma segunda prática nominativa encontrada em *Beloved*.

Em determinado ponto do romance, o narrador comenta sobre um pequeno grupo de escravizados que começaram a desenvolver laços afetivos: “E eram eles: Paul D Garner, Paul F Garner, Paul A Garner, Halle Suggs e Seiso, o maluco”³ (MORRISON, 1987, p. 11). Ao fazer a apresentação do grupo, o narrador põe sob o holofote um processo de nomeação extremamente violento. Se, para evitar a homonímia, algumas pessoas utilizavam como sobrenome os nomes dos lugares de onde vinham para se diferenciarem, na obra, acontece exatamente o contrário. Os homens em questão apresentam uma formação nominal específica: Paul + Letra do alfabeto + *Garner*, sendo este último nome o sobrenome dos donos da fazenda *Doce Lar*. Essa estrutura faz com essas pessoas sejam reduzidas a uma única classe e não possam ser individualizadas, a não ser por meio de uma única letra do alfabeto. Se a função de um nome é individualizar os sujeitos, aqui, o romance, mais uma vez, brinca com essa premissa social e faz com que os nomes sejam redutores das identidades desses sujeitos. Além disso, o nome *Paul* possui influência cristã, já que um dos apóstolos de Jesus Cristo se chamava *Paulo de Tarso* (*Paul*, em inglês). Mantem-se, assim, a imposição de valores culturais sobre outras pessoas.

Garner é, também, o sobrenome da escravizada da qual Morrison tomou emprestada a história para criar seu romance. A partir da sua posição, a autora evidencia, destaca, transforma e enforma a história de Garner em seu romance,

³ No original: “And so they were: Paul D Garner, Paul F Garner, Paul A Garner, Halle Suggs and Sixo, the wild man.”

preservando suas relações dialógicas e plenamente axiológicas com o mundo da vida. A possível significação do nome é um desses aspectos que parecem ser preservados no objeto artístico. De acordo com a base de dados do site Ancestry, registros apontam a presença do sobrenome *Garner*, nos territórios estadunidenses, pelo menos, a partir do século XVII. Porém, o livro *A dictionary of English surnames* (1991) remonta a origem desse sobrenome a *Garnerius* (documentado em registros de *Charters from Northamptonshire*), no século XII. Posteriormente, viria a aparecer como *Gemer* (documentado em um pé de multa do século XIII) e, por fim, *Garnier*. Sua origem do Francês Antigo vem das palavras *gerner* ou *gernier*, que significam *celeiro para milho*, vindo de *guarda do celeiro* (REANY; WILSON, 1991). Esse é um exemplo de antropônimo que provêm da profissão exercida por um indivíduo, de um ofício ou condição social pela qual ele ficou conhecido (MARCATO, 2009).

Ainda sobre o trecho em questão, observemos o nome do último homem mencionado: *Seiso* (*Sixo*, no original). Podemos apontar esse como outro processo nominativo. Dessa vez, há um jogo com a palavra *seis*. A palavra indicativa de quantidade é deslocada para um novo contexto semântico e, ao ser atribuída a uma pessoa, faz com que ela seja reduzida a um número, despersonalizando o sujeito.

Como último caso, trazemos o nome *Denver*, para o centro. Em certo momento, Sethe foge, grávida, de *Doce Lar*. Durante a fuga, encontra Amy Denver, uma mulher branca que também está fugindo, mas de outras circunstâncias. Amy é quem ajuda Sethe no trabalho de parto. Em um certo ponto da jornada das mulheres, elas se separam, mas Amy pede para que Sethe conte à sua recém-nascida sobre quem a ajudou a nascer: “[...] Vai contar para ela? Quem a trouxe a este mundo? [...] “É bom você contar a ela. Está ouvindo? Diga Miss Amy Denver. De Boston”⁴ (MORRISON, 1987, p. 85). Ao que Sethe responde: “Isso é bonito. Denver. Muito bonito”⁵ (MORRISON, 1987, p. 85).

O caso de *Denver* é útil para pensarmos duas situações: como se dava a nomeação dos descendentes dos escravizados e como funcionavam os nomes após a liberdade desses sujeitos (fosse por fuga ou por abolição). O caso da nomeação dos descendentes diretos dos cativos, os filhos e as filhas, nascidos ainda durante o sistema escravagista, poderia seguir dois rumos: as crianças, com poucos dias de

⁴ No original: “[...] You gonna tell her? Who brought her into this here world? [...] “You better tell her. You hear? Say Miss Amy Denver. Of Boston.””

⁵ No original: “That’s pretty. Denver. Real pretty.”

vida, seriam apresentadas aos donos da fazenda e eles dariam nomes dos quais gostavam, como aconteciam com os pais; ou, os donos concordavam com os nomes escolhidos pelos pais das crianças (VAN STIPRIAAN, 2008). O segundo rumo dialoga não com um aprimoramento dos direitos dos escravizados, mas com uma concessão branca. Os nomes dessas crianças se resumiam ao primeiro nome, como é o caso de Denver.

Outra valorização atribuída aos nomes próprios dizia respeito às circunstâncias do nascimento da criança (ÁLVAREZ LÓPEZ, 2015). Essa variação seria referente, por exemplo, ao horário do dia do nascimento (*Morning*), ao mês do nascimento (*April, June, August*) e, até mesmo, de acordo com a estação do ano ou a data celebrativa que estivesse em curso no momento do nascimento (*Winter, Easter*) (ÁLVAREZ LÓPEZ, 2015). No continente africano (e em algumas regiões da Europa), uma prática muito comum era a atribuição de nomes de acordo com o dia do nascimento da criança, os chamados *day-names*⁶. Na Tabela 1, listamos 14 *day-names* recorrentes no século XIX. Com base neles, variações aconteceram, como *Beneba* sendo escrito como *Bene* ou *Bimba*, ou *Cuffie* se tornando *Coffee* (DECAMP, 1967).

Tabela 1 – *Day-names* africanos encontrados na América.

	Masculino	Feminino
Domingo	Quashie	Quasheba
Segunda-feira	Cudjoe	Juba
Terça-feira	Cubena	Beneba
Quarta-feira	Quaco	Cubba
Quinta-feira	Quao	Abba
Sexta-feira	Cuffie	Phibba
Sábado	Quamin	Mimba

Fonte: DeCamp (1967).

Na Jamaica, alguns *day-names* adquiriram significado pejorativo, como *Quasheba*. Com o passar do tempo, seu sentido começou a representar a amante de um homem branco, “prostituta” (prostituta negra em muitos casos) ou “mulher tola”,

⁶ Optamos por não utilizar uma tradução desta expressão ao longo do texto, por questão de fluidez na leitura, assim como perda de valor semântico. Em uma tradução livre, a expressão poderia corresponder a “nomes dos dias da semana” o que não manteria a mesma relação estabelecida em seu uso original e poderia causar ambiguidade ao leitor.

além de ser utilizado para nomear animais domésticos, como mulas (DECAMP, 1967). DeCamp (1967) defende a hipótese de que os africanos deixaram de dar esses nomes a seus filhos a partir do momento que essas palavras entraram no rol de nomes comuns, perdendo, inclusive, seu valor semântico original, como é o caso de *Quasheba*. Isso pode refletir o modo como os cativos eram percebidos pela sociedade em termos de estratificação social.

Nos Estados Unidos, há registros de libertos que utilizavam seus nomes de origem africana, ao invés dos nomes dados pelos seus antigos donos (ÁLVAREZ LÓPEZ, 2015). Em alguns casos documentados, poderiam até portar sobrenomes. Essa prática demonstrava um sentimento de identificação e aproximação com seus ancestrais africanos. Por um longo tempo, após a abolição da escravatura, nos Estados Unidos, campanhas constantes de cristianização das pessoas foram promovidas. Em uma sociedade pós-abolição, para algumas pessoas, seria necessário distanciar-se de tudo que pudesse remeter à África, inclusive, de seus nomes (VAN STIPRIAAN, 2008).

3 *Cumbe*: nomear para resistir

Cumbe (2018), do quadrinista Marcelo D'Saete, é um livro que possui quatro narrativas gráficas ambientadas no período colonial brasileiro, sendo elas: Calunga, Sumidouro, Cumbe e Malungo. De acordo com o próprio D'Saete, sobre o processo de criação, "Muitos dos termos, símbolos e das obras presentes nessas narrativas originaram-se em povos dos antigos reinos de Angola, local de onde foi trazida a maior parte dos africanos escravizados nos séculos XVI e XVII" (D'SALETE, 2018, p. 173).

A utilização desses termos, assim como suas variantes semânticas, faz com que seja possível observar os aspectos característicos "[...] não só dos atos, dos gestos e das diversas palavras e expressões, mas também dos pontos de vista, das visões e percepções do mundo que estão organicamente unidas à linguagem que as exprime" (BAKHTIN, 2014, p. 165). Para apresentarmos um rápido exemplo, tomemos o título da primeira narrativa: *Calunga*. No contexto do livro, por causa de sua significação em quimbundo, a palavra é utilizada para se referir ao mar (meio pelo qual o protagonista da narrativa, Valu, se liberta da escravidão). D'Saete materializa um dos significados da palavra *kalunga*. De acordo com Lima (2012), *calunga* pode

representar o mar, mas também o deus dos missionários, que possui dimensões tão incognoscíveis que se assemelham às dimensões do mar. *Calunga* também pode significar a morte (cemitério) ou o abismo do fundo do mar. Lima (2012) identifica, ainda, que a influência africana no português brasileiro fez com que *calunga* se tornasse um topônimo para nomear, entre outros acidentes geográficos, córregos em municípios de Minas Gerais.

Essas significações não se resumem somente a topônimos ou vocábulos isolados. Os nomes dos personagens de *Cumbe* também seguem práticas nominativas bastante presentes nas sociedades escravagistas e, em certo nível, mais especificamente, do Brasil. Na Tabela 2, listamos os nomes de todos os personagens mencionados nas quatro narrativas e contabilizamos um total de 11 nomes próprios de pessoas. Desses 11, 7 são nomes dados a personagens masculinos e 4 a personagens femininos. Dos 7 nomes em questão, 5 são nomes próprios atribuídos aos escravizados. Os 4 nomes femininos são somente para as escravizadas. Nenhuma personagem feminina branca presente ou referenciada na obra possui nome.

Tabela 2 – Nomes próprios de pessoas em *Cumbe* distribuídos por classe, raça e gênero.

Escravizados negros		Senhores de engenho, sinhá, feitores e padre brancos	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Damião	Calu	Antônio	Não consta nenhum nome ⁷
Ganzo	Ciça		
Ofraso	Dandá	Tomé	
Tata	Naná		
Valu			

Dados: D'Salete (2018)

Fonte: Patricio (2021).

No Brasil, as práticas nominativas não eram tão diferentes. Gilberto Freyre (1963) identifica, em anúncios de jornais, que alguns dos nomes mais comuns de

⁷ As mulheres brancas, no livro, não possuem nomes próprios. Quando são referenciadas ou quando as demais personagens se dirigem a elas, há duas possibilidades de uso de termos. Para demarcar e reforçar a classe sociopolítica das personagens brancas e as relações estabelecidas entre elas com as personagens negras, utiliza-se *sinhá* ou *senhora*. Para demarcar a relação matrimonial com o senhor de engenho, utiliza-se o termo *mulher*.

escravizados no Brasil eram *Damião*, *Cosme*, *Benedito*, *Maria do Rosário*, *Felicidade*, *Esperança*. Nomes em homenagem a santos eram os mais frequentes de serem encontrados, como na listagem de Freyre. São Benedito, por exemplo, é apontado como um dos santos que tinha mais devotos entre a população africana no Brasil (ÁLVAREZ LÓPES, 2015). Levando isso em consideração, não surpreende o fato de *Damião* ser escolhido como nome próprio para um dos personagens de *Cumbe*. Lembremo-nos dos santos gêmeos da Igreja Católica: São Cosme e São Damião. Esses dois nomes são frequentemente atribuídos a gêmeos no Brasil. Essa pode ser uma prática transportada pelos diferentes povos africanos, já que eles também possuem um sistema de nomeação próprio para gêmeos, a depender da sua etnia (MICHELI, 2011).

A permanência da influência religiosa parece ser um denominador comum nas práticas nominativas de qualquer sociedade. Por mais que em *Cumbe* não haja nenhum *Cosme* ou qualquer indicação de gêmeos, o fator religioso permanece. Inclusive, se observarmos os nomes dos dois personagens homens que não são cativos, eles também são nomes com certa influência religiosa: Antônio (um padre) e Tomé (um senhor de engenho).

Quanto à atribuição de nomes de origem europeia, temos o caso de Ciça, uma versão reduzida de *Cícera*, a versão feminina de *Cícero*, nome romano. No contexto de uso do nome, a forma reduzida *Ciça* indica proximidade entre aquele que fala e aquele com quem se fala. Não é à toa que, na narrativa em que a personagem aparece, a única pessoa que utiliza seu nome é seu irmão, *Damião*, demarcando o laço afetivo e protetor que é estabelecido entre eles. Essa é uma das modulações que existem na língua para demonstrar afeto.

D'Saleta, no entanto, ao tentar reforçar sua posição empenhada em construir narrativas que, em diferentes camadas, ressoam mecanismos de resistência dos escravizados, parece se distanciar das práticas linguísticas do mundo da vida registradas em documentos oficiais. O autor faz com que a maioria de suas personagens mantenha seus nomes de origem africana. Essa permanência acontece mesmo quando os senhores de engenho, a sinhá, o padre ou o feitor se dirigem a eles. Como apontado por Álvarez López (2015), com exceção de registros de escravizados detidos na Revolta dos Malês, em Salvador, os principais *registros* de nomes de escravizados no período do Brasil Colônia mostram, na verdade, a baixa frequência de nomes próprios africanos.

Ao analisar livros de batismos e livros de óbitos da Diocese Pastoral, da capitania Rio Grande de São Pedro, datados do século XVIII, Rachel dos Santos Marques observa que os nomes mais frequentes na documentação produzida pela burocracia do Estado escravagista, tanto para homens quanto para mulheres, não são de origem africana. De um total de 1451 nomes femininos registrados, há 295 ocorrências do nome *Maria* e, logo em seguida, 197 ocorrências do nome *Ana*. Quanto aos nomes masculinos, do total de 1424 registros, a pesquisadora encontrou 258 ocorrências do nome *Manuel* e 206 ocorrências do nome *José* (MARQUES, 2015). Ainda de acordo com Marques (2015), no período que vai de 1776 a 1795, de um total de 412 registros de nomes masculinos de escravizados, os três principais nomes foram: *Manuel* (57 ocorrências), *Antônio* (32 ocorrências) e *José* (31 ocorrências).

Diferente de *Beloved*, nenhuma personagem escravizada de *Cumbe* possui sobrenome. Isso é algo que mantém uma proximidade com as práticas nominativas do período escravagista, como já havíamos mencionado. Em contrapartida, alguns escravizados, na época do Brasil Colônia, adotaram sobrenomes e, em alguns casos, até mesmo mantiveram seus nomes africanos de origem ou adotaram outros nomes. Líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi dos Palmares tinha *Francisco* como nome cristão (uma possível referência a São Francisco de Assis). Mas o que nos é importante é a origem do seu primeiro nome e do seu patronímico. De acordo com Lima (2012), *zumbi* tem origem banto (*nzumbi*) e significa *alma errante e espírito que vagueia à noite*. Sendo assim, a alcunha de Zumbi parte do princípio de uma identificação e de uma assimilação de uma entidade mitológica. Já seu patronímico segue a mesma estruturação dos patronímicos referentes à origem de lugares, principalmente por ser demarcado pela partícula “de”: Zumbi, originário do quilombo de Palmares, seria um guerreiro errante, um espectro que vagueia e protege seus malungos. E, sendo um guerreiro, ao manter seu nome de origem africana, assim como sua procedência territorial, demonstrava um espírito de resistência frente às violências colonizadoras. De acordo com Gomes (2019, p. 426), “[...] Zumbi seria para os portugueses um exemplo da ameaça que os fugitivos e rebeldes representavam ao sistema escravagista”.

Considerações finais

Estudar um fenômeno linguístico como o dos nomes próprios e das possíveis valorações por trás de suas atribuições nos ajuda a tentar entender determinadas organizações sociais. Ao tomarmos como recorte temporal o período escravagista, tanto nos Estados Unidos da América quanto no Brasil, levamos em consideração como fatores contextuais (econômicos, políticos, religiosos) estão diretamente imbricados nesses fenômenos. Partimos do princípio de que um nome próprio serve para a individualização de um sujeito (MARCATO, 2009), para, então, identificarmos como são formados esses nomes e, no período escravista, como os nomes próprios, elementos linguísticos e culturais, são utilizados de forma a minar as identidades dos sujeitos.

O intuito deste trabalho não foi, exatamente, analisar as possíveis motivações por trás das atribuições de antropônimos em *Beloved* e em *Cumbe*, por mais que em alguns pontos isso fosse necessário. Utilizamos esses materiais como fontes para, a partir deles, mostrarmos como fenômenos linguísticos se comportam no mundo da vida e como um objeto estético (no caso, um romance e um livro com narrativas gráficas) se abre para esses eventos de forma a assimilá-los e, em certa medida, reelaborá-los. A figura do autor é tida, aqui, no entrelugar entre a esfera ética e a esfera artística.

Em *Beloved*, a partir de momentos-chave da obra, buscamos identificar como se davam certas nomeações nos Estados Unidos, durante o período escravagista, mas, também, práticas que eram comuns em outras sociedades escravocratas. O caso de *Jenny Whitlow*, ou Baby Suggs, e dos três Pauls, nos são úteis para pensarmos como os escravizados viviam entre dois pesos de uma balança: a completa imposição identitária e a redução da sua subjetividade, e a total transformação do ser humano em mercadoria ou número. O distanciamento de um sujeito de suas práticas culturais e de suas raízes ancestrais se dá, também, pela linguagem, conseqüentemente, pela atribuição dos nomes dessas pessoas por seus escravizadores.

Ao trabalharmos *Cumbe*, buscamos compreender como Marcelo D'Saleta manteve o valor semântico de alguns termos dos povos bantos. Isso não é tudo: perceber como a sociedade escravagista brasileira organizou um sistema político violento ao ponto de haver uma imposição linguística sobre os sujeitos, baseada, principalmente, em um alicerce econômico e em um alicerce religioso. A falta de documentação de nomes africanos na sociedade brasileira é um sintoma de um

maquinário colonial que moeu os sujeitos de diferentes formas possíveis. Encontramos, no entanto, em Zumbi dos Palmares uma forma de resistência, tanto na imagem do guerreiro quilombola quanto no poderio do antropônimo.

Os estudos onomásticos (toponomásticos e antroponomásticos) a respeito das práticas nominativas durante o período escravagista não se encerram aqui. A utilização da Literatura como elo entre as discussões levantadas ao longo do trabalho é uma forma de identificar a presença dos povos africanos nas culturas americanas e em como é possível encontrarmos suas reminiscências na formação de uma língua e, conseqüentemente, nas produções culturais que utilizam essa língua como material.

Referências

ÁLVAREZ LÓPEZ, Laura. Who named slaves and their children? Names and naming practices among enslaved Africans brought to the Americas and their descendants with focus on Brazil. *Journal of African Cultural Studies*, v. 27, n. 2, p. 159-171, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

BENVENISTE, Émile. Natureza do signo linguístico. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Tradução de Maria da Glória Novale e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1995. p. 53-59.

DECMAP, David. African day-names in Jamaica. *Language*, Washington, v. 43, n. 1, p. 139-149, 1967.

D'SALETE, Marcelo. *Cumbe*. São Paulo: Veneta, 2018.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

GARNER. *Ancestry*. Disponível em: https://www.ancestry.com/search/?name=_Garner&name_x=_1. Acesso em: 02 de mar. de 2021.

GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. 1 v.

JOHNSON, Samuel. *Dictionary of the English language: in which the words are deduced from their originals, explained in their different meanings, and authorized by the names of the writers in whose works they are found*. 3. ed. Dublin: W.G. Jones, 1828.

LEITE, Francisco de Freitas. *O latim em cartas do Cariri Cearense: final do século XIX e início do século XX*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

LIMA, Emanoela Cristina. *A toponímia africana em Minas Gerais*. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

HANKS, Patrick; HODGES, Flavia. *Oxford dictionary of first names*. London: Oxford University Press, 1990.

HÉBRARD, Jean. Esclavage et dénomination: imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIX^e siècle. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 53/54 (especial), p. 31–92, 2003.

MARCATO, Carla. *Nomi di persona, nomi di luogo: introduzione all'onomastica italiana*. Bologna: Il Mulino, 2009.

MARQUES, Rachel dos Santos. Práticas de nomeação e população escrava em Rio Grande de São Pedro, século XVIII. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 7., 2015, Curitiba. *Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba: UFPR, 2015. p. 1-18.

MICHEL, C. Angelo. Double portraits: images of twiness in West African Studio Photography. In: PEEK, Hilip M. (Org.) *Twins in African and Diaspora Cultures: double trouble, twice blessed*. Indiana: Indiana University Press, 2011. p. 137-159.

MONAGHAN, Patricia. *The encyclopedia of Celtic mythology and folklore*. New York: Facts On File, 2004.

MORRISON, Toni. *Beloved*. New York: Vintage Books, 1987.

MUSSELWHITE, Paul. Naming plantations: toponyms and the construction of the Plantation System in the English Atlantic. *Journal of Social History*, London, special issue, p. 1-34, 2020.

REANEY, P. H.; WILSON, R.M. *A dictionary of English surnames*. London: Routledge, 1991.

SARTORI, Tríssia Ordavás. Signo linguístico versus signo onomástico: convencionalidade e motivação para falar e nomear. *Revista Científica Ciência em Curso*, Palhoça, v. 4, n. 2, p. 123-133, 2015.

SMITH, Mark M.; PAQUETTE, Robert L. (Org.). *The Oxford handbook of slavery in the Americas*. London: Oxford, 2010.

VAN STIPRIAAN, Alex. Global names, creolized identities. In.: BARRY, Boubacar; SOUMONNI, Elisée; SANSONE, Livio (Org.) *Africa, Brazil and the Construction of Transatlantic Black Identities*. Africa World Press, Inc. 2008. p. 147-178.

WHITLOW. *Ancestry*. Disponível em:
https://www.ancestry.com/search/categories/cen_1700/?name=_whitlow. Acesso em:
02 de mar. de 2021.

Recebido em 10/03/2022

Aceito em 11/10/2022

Publicado em 14/10/2022